

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

| | |
|---|--|
| Código da Oferta: | OE201902/0761 |
| Tipo Oferta: | Procedimento Concursal de Regularização |
| Estado: | Expirada |
| Nível Orgânico: | Ministério da Administração Interna |
| Orgão / Serviço: | Autoridade Nacional de Proteção Civil |
| Vínculo: | CTFP por tempo indeterminado |
| Regime: | Carreiras Não Revistas |
| Carreira: | Técnico de Informática |
| Categoria: | Tecnico de Informática Grau 1 Nível 1 |
| Grau de Complexidade: | 0 |
| Remuneração: | Esc 1-índ 332 conf Mp II, anexo ao DL 97/2001, de 26 de março |
| Suplemento Mensal: | 0.00 EUR |
| Caracterização do Posto de Trabalho: | Referência D_N3 – DIC – Divisão de Informática e Comunicações – 5 postos de trabalho (cinco) – Técnico de Informática – As funções a desempenhar correspondem às descritas no artigo 15.º do Despacho n.º 14688/2014, de 25 de novembro, alterado e republicado pelo Despacho n.º 1553/2015, de 14 de fevereiro |

Requisitos de Admissão

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
| Relação Jurídica: | Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário | | |
| | a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; | | |
| | b) 18 anos de idade completos; | | |
| Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: | c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; | | |
| | d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; | | |
| | e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. | | |
| Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: | DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro | | |
| Habilitação Literária: | Curso Tecnológico/Profissional/Outros nível III | | |
| Descrição da Habilitação Literária: | Área Temática Ignorada | | |
| Grupo Área Temática | Sub-área Temática | Área Temática | |
| Área Temática Ignorada | Área Temática Ignorada | Área Temática Ignorada | |

Locais de Trabalho

| Local Trabalho | Nº Postos | Morada | Localidade | Código Postal | Distrito | Concelho |
|---------------------------------------|-----------|------------------|------------|----------------|----------|----------|
| Autoridade Nacional de Proteção Civil | 5 | Avenida do Forte | | 2794112 OEIRAS | Lisboa | Oeiras |

Total Postos de Trabalho: 5

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Vide campo Observações gerais

Contacto: 214247100 / prevpap@prociv.pt

Data Publicitação: 2019-02-27

Data Limite: 2019-03-14

Texto Publicado

Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA O PREENCHIMENTO DE CINCO POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (ANPC), NA MODALIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, RESTRITO A CANDIDATOS ABRANGIDOS PELO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PREVPAP) 1. Nos termos e para os efeitos do estatuído nas disposições conjugadas dos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 27 de fevereiro de 2019, exarado na sequência dos despachos de homologação proferidos pelo Ministro da Administração Interna, pelo Ministro do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e pela Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, nos pareceres da Comissão de Avaliação Bipartida da Administração Interna, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de cinco postos de trabalho, na carreira não revista de informática, designadamente na categoria de técnico de informática do grau 1, nível 1, da carreira de técnico de informática, de acordo com o mapa anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, não ocupados ou a prever no mapa de pessoal da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP). 2. Legislação Aplicável: Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril; Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e Código do Procedimento Administrativo. 3. Identificação e caracterização dos postos de trabalho: Referência D_N3 – DIC – Divisão de Informática e Comunicações – 5 postos de trabalho (cinco) – Técnico de Informática – As funções a desempenhar correspondem às descritas no artigo 15.º do Despacho n.º 14688/2014, de 25 de novembro, alterado e republicado pelo Despacho n.º 1553/2015, de 14 de fevereiro; 4. Local de trabalho: Referência D_N3 - ANPC, Sede: Avenida do Forte, 2794 -112 Carnaxide 5. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 6. Determinação do posicionamento remuneratório: 7. Escalão 1, índice 332 conforme Mapa II, anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, atualizado, sem prejuízo da aplicação do estatuído no artigo 13º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 8. Âmbito do recrutamento: De acordo com o disposto na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, podem ser opositores ao presente procedimento de regularização extraordinária de vínculos de emprego precários na Administração Pública, as pessoas que exerçam ou tenham exercido as funções em causa, que reúnam as condições expressas na alínea a) do n.º 1, bem como do n.º 2 do artigo 3º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, isto é, o exercício das funções ora a concurso entre o período entre 1 de janeiro e 4 de

maio de 2017, ou parte dele, e durante pelo menos um ano à data de início do procedimento concursal de regularização e ter sido reconhecido/a como satisfazendo necessidades permanentes em parecer da Comissão de Avaliação Bipartida da Administração Interna. 9. Requisitos de admissão: 8.1 Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 8.2 Ser detentor dos requisitos cumulativos enunciados no artigo 17.º da LTFP, designadamente: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por Convenção Internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 8.3 Para acesso à carreira de técnico de informática é exigido a titularidade de curso tecnológico adequado, curso das escolas profissionais ou curso que confira certificado de qualificação de nível III em áreas de informática, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março. 8.4 Excecionalmente, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 34.º da LTFP, poderá candidatar-se ao presente procedimento concursal, quem, não sendo titular da habilitação exigida, considere dispor de formação e, ou, experiências profissionais necessárias e suficientes para a substituição daquela habilitação. 10. Prazo, forma e local de apresentação de candidaturas: 9.1 Prazo: 10 dias úteis, contados da publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP). 9.2 Forma: Preferencialmente efetuadas por correio eletrónico, podendo também ser entregues em suporte de papel, em qualquer dos casos, através do preenchimento do formulário de candidatura, disponível na página eletrónica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, <http://www.prociv.pt/pt-pt/PROTECAOCIVIL/INSTRGESCONTR/RH/Paginas/default.aspx#/collapse-4> (Concursos de Pessoal - Regularização (PREVPAP)), que deverá ser dirigido ao Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil. 9.3 O formulário de candidatura preenchido – indicando a referência a que se candidata, bem como a indicação da oferta na BEP - e respetivos anexos, devem ser remetidos para o endereço prevpap@prociv.pt ou entregues pessoalmente na DORH – Divisão de Organização e Recursos Humanos nos períodos entre as 9h30 e as 12h30 e entre as 14h30 e as 16h30 ou ainda ser remetidos pelo correio, por carta registada com aviso de receção para a morada da sede indicada no ponto 4, até ao termo do prazo de candidatura. 9.4 O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura por parte do candidato determina a sua exclusão do procedimento concursal. 9.5 Para todas as referências, o formulário de candidatura deve ser acompanhado dos seguintes documentos: a) Curriculum vitae atualizado, datado, rubricado e assinado com descrição pormenorizada da experiência profissional relevante para o exercício das funções referentes ao posto de trabalho a que se candidata, com indicação dos correspondentes períodos e atividades, bem como as ações de formação e aperfeiçoamento profissional com indicação da respetiva duração, tal como explicitado no ponto 11.3; b) Fotocópia do(s) certificado(s) de habilitações literárias, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual; c) Fotocópia dos documentos comprovativos dos factos invocados no curriculum vitae, nomeadamente das ações de formação frequentadas, com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura, com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração; d) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito. 9.6 A apresentação de documentos fotocopiados não invalida que venha a ser solicitada a apresentação dos originais para consulta pelo júri. 9.7 A apresentação de documento falso, ou a prestação de falsas declarações, determina a exclusão do candidato, sem prejuízo de eventual responsabilidade disciplinar ou penal nos termos da lei. 9.8 A não apresentação dos documentos comprovativos da detenção dos requisitos de admissão, bem como a dos que sejam indispensáveis para efetuar a avaliação do candidato, determina a respetiva exclusão do procedimento concursal, nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual. 9.9 A não apresentação dos restantes documentos determina a não valorização, em termos curriculares, dos factos ou situações que por eles deveriam ser comprovados. 11. Métodos de seleção: 10.1 O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular (e a entrevista profissional de seleção, se houver mais do que um candidato ao mesmo posto de trabalho). 10.2 A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas. Esta visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e a

avaliação de desempenho obtida. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional e o tempo de desempenho no período anterior, no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso. 10.3 A classificação final da avaliação curricular é obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar de acordo com a seguinte fórmula: $AC = (HA + FP + EP) / 3$ HA = Habilitação académica; FP = Formação Profissional; EP = Experiência Profissional. 10.4 Entrevista profissional de seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 10.5 São motivos de exclusão do presente procedimento: a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos; b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular; c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável); d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 11.6 do presente aviso. 10.6 Classificação final (CF): a) A classificação final será expressa de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas; b) Quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, a CF será expressa, de igual modo, de 0 a 20 valores, com arredondamento às milésimas, a qual resulta da aplicação da seguinte fórmula em que: $CF = (70\%) AC + (30\%) EPS$ CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular; EPS = Entrevista Profissional de Seleção. 10.7 No caso em que haja lugar a entrevista profissional de seleção, os candidatos são convocados nos termos do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º do mesmo diploma, mas preferencialmente, por correio eletrónico, de acordo com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, indicando-se o dia, hora e local da realização do mencionado método de seleção. 10.8 A publicitação dos resultados obtidos na avaliação curricular ou após a aplicação dos dois métodos de seleção, quando aplicável, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público nas instalações da Autoridade Nacional de Proteção Civil e na sua página eletrónica. 10.9 Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. 10.10 As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas. 10.11 A lista de classificação final dos candidatos, após aplicação dos métodos de seleção é publicada na página eletrónica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC): <http://www.prociv.pt/pt-pt/PROTECAOCIVIL/INSTRGESCONTR/RH/Paginas/default.aspx#/collapse-4> (Concursos de Pessoal - Regularização (PREVPAP)) e afixada em locais próprios do edifício da ANPC. 10.12 O procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras. 11. Composição e identificação do Júri: Presidente – A licenciada Olga Maria Macedo Calisto Moraes, Diretora de Serviços da Direção de Serviços de Regulação e Recenseamento dos Bombeiros (DSRRB); Vogais efetivos – O licenciado António José de Matos Silva, Chefe de Divisão da Divisão de Organização e Recursos Humanos (DORH), que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e o licenciado Mário Rui Ribeiro Fernandes, Coordenador do Gabinete de Planeamento e de Organização de Recursos Humanos (GPORH); Vogais Suplentes – A licenciada Alexandra Carla Frade Santos, Chefe de Divisão da Divisão de Regulamentação, Normalização e Credenciação (DRNC) e a licenciada Maria Carmen Soares Lopes, Técnica Superior da Divisão de Organização e Recursos Humanos (DORH). 12. Em conformidade com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, todas as notificações são efetuadas, preferencialmente por correio eletrónico e, na sua impossibilidade, por qualquer uma das formas de notificação previstas no n.º 3 do artigo 30.º e n.º 1 do artigo 31.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual. 13. A lista de classificação final dos candidatos, após homologação, é publicada na BEP; afixada em local público e visível das instalações da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da

República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação. 14. De acordo com o n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). 15. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, a abertura do presente procedimento de regularização de vínculos de emprego precários está dispensada da autorização dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da Administração Pública prevista no n.º 5 do artigo 30.º da LTFP e do cumprimento das regras gerais de controlo de recrutamento constantes de legislação orçamental. O Presidente Carlos Mourato Nunes Tenente-General Autorização dos membros do Governo, artigo 30.º da LTFP: DISPENSADA, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

Observações

Excecionalmente, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 34.º da LTFP, poderá candidatar-se ao presente procedimento concursal, quem, não sendo titular da habilitação exigida, considere dispor de formação e, ou, experiências profissionais necessárias e suficientes para a substituição daquela habilitação.

A leitura do presente aviso não dispensa a consulta do aviso publicado no site da ANPC sito em <http://www.prociv.pt/ptpt/PROTECAOCIVIL/INSTRGESCONTR/RH/Paginas/default.aspx#/collapse-4> (Concursos de Pessoal - Regularização (PREVPAP))

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total Com Auxílio da BEP: